

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 3



Atena
Editora

Ano 2019

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E78 O essencial da arquitetura e urbanismo 3 [recurso eletrônico] /
Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (SP):
Atena Editora, 2019. – (O Essencial da Arquitetura e Urbanismo;
v. 3)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-2654
DOI 10.22533/at.ed.654191704

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins,
Bianca Camargo. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nos dias de hoje, é muito discutido o papel social da Arquitetura e do Urbanismo. Por muitos anos, o papel social foi interpretado apenas como a arquitetura específica para as camadas populacionais de menor renda, sem acesso ao mercado formal de moradias – e de arquitetura. Porém, com a crise urbana em que vivemos atualmente, onde grandes parcelas da população não tem acesso às “benesses” do espaço urbano, essa discussão voltou à tona.

Muito mais do que levar a arquitetura para os mais necessitados, devemos reinventar nossa prática profissional para sermos os agentes transformadores da sociedade atual e enfrentarmos os desafios, sociais, políticos e econômicos que estamos vivenciando diariamente em nossas cidades.

Esta edição de “O Essencial de Arquitetura e Urbanismo 2” apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e urbanismo, como: arquitetura, ensino, conforto ambiental, paisagismo, preservação do patrimônio cultural, planejamento urbano e tecnologia. Assim, busca trazer ao leitor novos conceitos e novas reflexões para a prática da arquitetura e do urbanismo.

Neste contexto, é abordada desde as metodologias pedagógicas ativas a serem utilizadas no ambiente escolar até a compatibilização de projetos com o uso da Metodologia BIM (Building Information Modeling). A acessibilidade é abordada a partir de diversas perspectivas: desde um edifício isolado até a acessibilidade de uma cidade, evidenciando a importância da discussão nos dias de hoje. Cabe destacar também os estudos de análise de edificações culturais e de cenografia de exposições e performances. A relação da cidade com o seu patrimônio cultural é tratada em diversos capítulos, desde a gestão patrimonial até a utilização de cemitérios como espaços de memória – uma iniciativa prática que demonstra que a arquitetura, assim como a cultura, está em todos os lugares. Dou ênfase também à importância dada ao patrimônio imaterial, tema de extrema relevância e que é, muitas vezes, desvalorizado pelo poder público.

A discussão sobre a dinâmica dos espaços urbanos é extensa e deveras frutífera. Nesta edição, os capítulos focam na importância da arborização urbana para o bem estar da população, na participação popular nas discussões sobre a cidade, na problemática da existência de vazios urbanos em áreas urbanas consolidadas, nas estratégias de *city marketing*, na cidade global e demais temas que comprovam a multiplicidade de questões e formas de análise que envolvem a discussão sobre a vida urbana.

Por fim, são apresentados estudos sobre novas tecnologias e materiais voltados ao desenvolvimento sustentável, especialmente no tocante à gestão de resíduos da construção civil e à mitigação de riscos e desastres.

Convido você a aperfeiçoar seus conhecimentos e refletir com os temas aqui abordados. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PRESERVAÇÃO E RUÍNA UMA BREVE LEITURA DOS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA A PARTIR DO SKYLINE DA CIDADE DE SALVADOR	
Ana Licks Almeida Ariadne Moraes Silva Márcia Maria Couto Mello	
DOI 10.22533/at.ed.6541917041	
CAPÍTULO 2	18
ESTUDO METODOLÓGICO DE REABILITAÇÃO URBANA: A DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA CIDADE DE JOINVILLE-SC	
Maria Luiza Daniel Bonett Raquel Weiss	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042	
CAPÍTULO 3	39
QUARTA NATUREZA : UMA NOVA PAUTA NO PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
Simone Back Prochnow Silvio Belmonte de Abreu Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6541917043	
CAPÍTULO 4	54
ANÁLISE COMPARATIVA SEGUNDO AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE ENTRE A OCUPAÇÃO DAS CHÁCARAS SANTA LUZIA E A PROPOSTA PARA HABITAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DE BRASÍLIA	
Julia Cristina Bueno Miranda Liza Maria Souza de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.6541917044	
CAPÍTULO 5	73
CONFORTO TÉRMICO EM ESPAÇOS ABERTOS: O ESTADO DA ARTE DO <i>UNIVERSAL THERMAL CLIMATE INDEX - UTCI</i> NO BRASIL	
Thiago José Vieira Silva Simone Queiroz da Silveira Hirashima	
DOI 10.22533/at.ed.6541917045	
CAPÍTULO 6	83
PERCEPÇÃO DA ARBORIZAÇÃO URBANA DA CIDADE DE CALÇADO- PE, ATRAVÉS DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE 1988 AOS DIAS ATUAIS	
Raí Vinícius Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6541917046	
CAPÍTULO 7	95
PARQUE MACAMBIRA-ANICUNS: A CIDADE NO URBANO?	
Wilton de Araujo Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.6541917047	

CAPÍTULO 8	101
VAZIOS URBANOS NA CIDADE: A PRAÇA LEVI COELHO DA ROCHA	
Renata Bacelar Teixeira	
Sidney Diniz Silva	
Renata Silva Cirino	
DOI 10.22533/at.ed.6541917048	
CAPÍTULO 9	117
ESPAÇOS LIVRES NO TÉRREO DE UM CORREDOR URBANO	
Adilson Costa Macedo	
Jessica Lorellay Cuscan Guidoti	
DOI 10.22533/at.ed.6541917049	
CAPÍTULO 10	137
OCUPANDO O CAMPUS: INTERDISCIPLINARIDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ESPAÇO DA CIDADE	
Renata Bacelar Teixeira	
Ednei Soares	
Talita Queiroga	
DOI 10.22533/at.ed.65419170410	
CAPÍTULO 11	153
INSURGÊNCIAS URBANAS E FEMININAS COMO PRÁTICAS CORRELATAS PARA RESISTÊNCIA TERRITORIAL	
Carolina Guida Cardoso do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.65419170411	
CAPÍTULO 12	168
PARTICIPAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO: O PROCESSO DE DIÁLOGO SOBRE O “BERLINER MITTE” EM BERLIM	
César Henriques Matos e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65419170412	
CAPÍTULO 13	184
REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS EM FORTALEZA: ASSESSORIA TÉCNICA E MOBILIZAÇÃO POPULAR	
Gabriela de Azevedo Marques	
Marcela Monteiro dos Santos	
Thais Oliveira Ponte	
DOI 10.22533/at.ed.65419170413	
CAPÍTULO 14	200
ANÁLISE DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ/SP APÓS A EXTINÇÃO DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH)	
Janayna Priscilla Vieira Guimarães	
Pedro Renan Debiazi	
DOI 10.22533/at.ed.65419170414	

CAPÍTULO 15	208
ACESSIBILIDADE PARA IDOSOS EM ÁREA LIVRE PÚBLICA DE LAZER	
Herena Marina Schüler	
Jessie Tuani Caetano Cardoso	
Isabela Fernandes Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.65419170415	
CAPÍTULO 16	221
A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DA ACESSIBILIDADE NOS PLANOS URBANOS E DE MOBILIDADE	
Juan Pedro Moreno Delgado	
Jamile de Brito Lima	
Liniker de Jesus Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.65419170416	
CAPÍTULO 17	234
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE: ANÁLISE DE TRÊS ESPAÇOS LIVRES DE CIRCULAÇÃO EM SANTA MARIA – RS	
Zamara Ritter Balestrin,	
Alice Rodrigues Lautert	
Luis Guilherme Aita Pippi	
DOI 10.22533/at.ed.65419170417	
CAPÍTULO 18	252
GERENCIAMENTO DE PROJETOS COMO INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA	
Samira Alves dos Santos	
Emmanuel Paiva de Andrade	
Carina Zamberlan Flores	
DOI 10.22533/at.ed.65419170418	
CAPÍTULO 19	268
A “CIDADE GLOBAL” E A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO RESIDENCIAL NO QUADRANTE SUDOESTE DE SÃO PAULO DE 2008 A 2017	
Isabela Baracat de Almeida	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.65419170419	
CAPÍTULO 20	281
A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA COMO ESTRATÉGIA DE CITY MARKETING	
Tarciso Binoti Simas	
Sônia Le Cocq d’Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65419170420	
CAPÍTULO 21	297
A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: O POTENCIAL DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO GERENCIAMENTO DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
Roberto Righi	
Maria Victoria Marchelli	
DOI 10.22533/at.ed.65419170421	

CAPÍTULO 22	312
NOVOS CONCEITOS X ANTIGOS PROBLEMAS: AS CIDADES INTELIGENTES E A INFORMALIDADE URBANA	
Giselle Carvalho Leal Rafael Soares Simão Adriana Marques Rossetto	
DOI 10.22533/at.ed.65419170422	
CAPÍTULO 23	327
PODERES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AEROPORTOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO: UM PANORAMA PARCIAL, DE 2006 A 2017	
Paulo Sergio Ramos Pinto Marcos Thadeu Queiroz Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.65419170423	
CAPÍTULO 24	350
URBANISMO RURAL, UMA UTOPIA NÃO REALIZADA	
Giselle Fernandes de Pinho Evandro Ziggiatti Monteiro Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina	
DOI 10.22533/at.ed.65419170424	
CAPÍTULO 25	366
COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS COM METODOLOGIA BIM EM PERSPECTIVA: ESTUDO DE CASO DA APLICAÇÃO EM UM EDIFÍCIO REAL	
Eveline Nunes Possignolo Costa Geraldo Donizetti de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.65419170425	
CAPÍTULO 26	374
COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETO DE INSTALAÇÕES: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O MÉTODO TRADICIONAL (2D) E A FERRAMENTA BIM	
Figueiredo, L. L. H., Mariano, L. N. Neto, L. S. C. Resende, L. G. S.	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042126	
CAPÍTULO 27	382
ANÁLISE DAS EQUAÇÕES UTILIZADAS PARA O DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO CONFORME NBR 7229 E NBR 13969	
Mario Tachini Abrahão Bernardo Rohden Renan Guimarães Pires Spernau	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042127	

CAPÍTULO 28	391
DESENVOLVIMENTO DE PLANILHA ELETRÔNICA PARA CÁLCULO DE ISOLAMENTO ACÚSTICO POR VIA AÉREA CONSIDERANDO A ENERGIA LATERAL	
Rafaela Benan Zara Paulo Fernando Soares	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042128	
CAPÍTULO 29	405
VALORES DE REFERÊNCIA PARA AS CLASSES DE RUÍDO PREVISTAS NA NORMA NBR 15575	
Brito, A. C. Sales, E. M. Aquilino, M. M. Akutsu, M.	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042129	
CAPÍTULO 30	411
OCORRÊNCIA DE BOLORES EM EDIFICAÇÕES: ESTUDO DE CASO EM HABITAÇÕES CONSTRUÍDAS COM PAREDES DE CONCRETÓ	
Thiago Martin Afonso Adriana Camargo de Brito Maria Akutsu	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042130	
CAPÍTULO 31	426
DESEMPENHO HIGROTÉRMICO DE PAREDES DE FACHADA POR MEIO DE SIMULAÇÃO COMPUTACIONAL – ESTUDOS DE CASO	
Alexandre Cordeiro dos Santos Luciana Alves de Oliveira Osmar Hamilton Becere Júlio Cesar Sabatini de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042131	
CAPÍTULO 32	437
ADIÇÃO DE EVA E VERMICULITA EM ARGAMASSAS DE REVESTIMENTO: ANÁLISE DO DESEMPENHO TÉRMICO	
Francisco Ygor Moreira Menezes Sara Jamille Marques de Souza Felipe Fernandes Gonçalves Dielho Mariano Dantas de Moura Cicero Joelson Vieira Silva Robson Arruda dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042132	
CAPÍTULO 33	448
ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA FILOSOFIA LEAN GREEN CONSTRUCTION EM EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES DE PEQUENO PORTE	
Dayana Silva Moreira Gontijo Jhonvaldo de Carvalho Santana Andreia Alves do Prado	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042133	

CAPÍTULO 34	462
ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO MODELO LEAN CONSTRUCTION EM CANTEIROS DE OBRAS RODOVIÁRIAS: ESTUDO DE CAMPO EM TRECHO DA BR 158	
Taíme da Cruz Oroski José Ilo Pereira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042134	
CAPÍTULO 35	469
APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE PERDAS E DANOS (D _A LA) NO BAIRRO VILA AMÉRICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ	
Tazio Guilherme Leme Cavalheiro Viadana Fernando Rocha Nogueira Alex Kenya Abiko	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042135	
CAPÍTULO 36	479
APLICAÇÃO DE CONCRETO PERMEÁVEL PARA A MITIGAÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES	
Loyane Luma Sousa Xavier Rafaela Cristina Amaral Abrahão Bernardo Rohden Esequiel Fernandes Teixeira Mesquita	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042136	
CAPÍTULO 37	494
ANÁLISE DA VIABILIDADE NA UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS ORIUNDOS DA INDÚSTRIA CALÇADISTA DE FRANCA/SP NA CONFECÇÃO DE BLOCOS DE VEDAÇÃO	
Fabiana Andresa da Silva Victor José dos Santos Baldan Javier Mazariegos Pablos	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042137	
CAPÍTULO 38	508
ANÁLISE DOS ÍNDICES FÍSICOS DA CINZA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DA AREIA NATURAL	
Luana Cechin Marcio Leandro Consul de Oliveira Mariane Arruda Martins Olaf Graupmann	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042138	
SOBRE A ORGANIZADORA	516

ANÁLISE DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ/SP APÓS A EXTINÇÃO DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH)

Janayna Priscilla Vieira Guimarães

Centro Universitário Padre Anchieta – Jundiaí –
SP

e-mail: priscillaguimaraes@gmail.com

Pedro Renan Debiazi

Centro Universitário Padre Anchieta – Jundiaí –
SP

e-mail: pedro.debiazi@anchieta.br

RESUMO: As pesquisas acadêmicas relacionadas a moradia popular constituem base teórica cada vez mais sólida para a compreensão da precária situação habitacional brasileira. Da mesma forma, estas produções ajudam a esclarecer a incapacidade da gestão pública em amparar as necessidades de moradia da população mais pobre e fornecem ampla visão sobre a segregação territorial e as políticas habitacionais no Brasil. De caráter exploratório, esta pesquisa de Iniciação Científica tem como objetivo a identificação e a análise dos diversos empreendimentos de Habitação de Interesse Social (HIS) realizados na cidade de Jundiaí, entre os anos de 1986 e 2017, com foco principal nos projetos realizados após a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH) e a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A pesquisa consiste em revisão bibliográfica, levantamento e análise de dados e de documentos e trabalho

de campo, para a confecção de mapas temáticos. Os diagnósticos e as reflexões obtidos a partir desta pesquisa contribuem para reconhecer e contextualizar, cronologicamente, o atual cenário das HIS em Jundiaí e as influências sofridas pelos diferentes programas habitacionais implantados no município. Estes resultados poderão auxiliar o fomento de diretrizes e instrumentos, orientando a tomada de decisões dos planejadores e do poder público para desenvolver projetos de empreendimentos habitacionais sustentáveis e comprometidos com o bem-estar e a qualidade de vida da comunidade, levando em consideração sua identidade e buscando fortalecer o sentido de pertencimento ao espaço de uso comum.

ABSTRACT: The objective of this research of Scientific Initiation is to identify and to analyze the diverse productions of Housing of Social Interest (HIS) realized in the city of Jundiaí, between the years of 1986 and 2017, with main focus in the enterprises after the implantation of the Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). The research is guided by bibliographical revision, survey and analysis of data and documents and creation of thematic maps. The diagnoses and reflections obtained from this research will contribute to chronologically recognize and contextualize the current housing scenario of the municipality

and the influences suffered by the different housing programs implemented in Jundiaí, orienting the decision making of the planners and the public power to projects of new housing developments.

KEYWORDS: BNH. Habitação social. Jundiaí.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil e nos países em desenvolvimento, o planejamento urbano e as políticas públicas de ordenamento do solo geralmente estão voltados a atender interesses específicos do mercado imobiliário para as classes com maior poder aquisitivo, contribuindo para a consolidação de cenários urbanos segregados e desiguais (DEBIAZI, 2016).

É por meio de políticas públicas que o Estado pretende proporcionar qualidade de vida e bem-estar da sociedade, alcançando resultados satisfatórios nas suas variadas áreas de atuação. Pensando no setor habitacional, estas políticas são instrumentos vistos como as ações, as metas e os planos traçados pelo poder público para atender às demandas de uma determinada parcela da população.

A procura por cidades mais justas e sustentáveis fez surgir o desejo da presente pesquisa, que buscou entender e analisar o atual cenário da habitação social na cidade de Jundiaí/SP. Para isto, fez-se necessário conhecer os dados econômicos, políticos e sociais do município, bem como compreender o panorama das Habitações de Interesse Social (HIS) no Brasil e seu contexto histórico, para em seguida analisá-las no município de estudo.

Jundiaí está localizada entre as cidades de São Paulo (49 km) e Campinas (37 km), com população estimada de 409.497 habitantes (IBGE, 2017), área territorial de 431,20 km² e densidade demográfica de 858,42 hab/km² (CENSO IBGE, 2010).

O município é a sétima economia do estado de São Paulo com um PIB de R\$ 36,62 bilhões, os dados são da pesquisa “PIB dos Municípios 2013”, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apresenta 96.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 81.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 69.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2018).

O déficit habitacional da cidade, de acordo com levantamento elaborado pela Demacamp (2014), é de 12.627 domicílios.

A localidade faz parte da primeira Aglomeração Urbana (AU) instituída por lei do Estado de São Paulo, junto com as cidades de Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Louveira e Várzea Paulista. A Aglomeração Urbana de Jundiaí (AUJ) se destaca por ter sistema viário e ferroviário que possibilita a rápida ligação às Regiões Metropolitanas no seu entorno, aos principais aeroportos do Estado e ao Porto de Santos. Essa estrutura viária vem permitindo que a região se desenvolva

economicamente, impulsionando seu crescimento urbano e a conurbação (FANELLI, 2013).

Para melhor compreender o atual cenário da HIS no município de Jundiaí, é necessário que se faça também a análise do tema no contexto nacional, partindo do pressuposto de que desde o surgimento das políticas de bem-estar social no país, as primeiras moradias destinadas às classes de menor renda surgiram por meio de programas governamentais, que vão deslindar a própria história da habitação social brasileira.

Para isto, foi traçada de forma abrangente, as principais ações que já foram desenvolvidas pelo estado brasileiro, com a intenção de compreender as propostas e posturas atuais sobre as questões da moradia popular, para situar e entender a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o percurso das cidades e os impactos causados no espaço urbano.

1.1 HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

A urbanização brasileira é um fenômeno que ocorre desde a época colonial e teve seu crescimento intensificado a partir do século XIX com o início da industrialização e o fim do regime escravocrata. Por trás desse crescente desenvolvimento, havia um grande fluxo migratório do campo para as cidades brasileiras, inclusive do campo europeu com o início dos movimentos imigratórios do início do século XX. Tal cenário, estabeleceu uma relação de dependência mais forte com o capitalismo ao sair de um sistema agrário para um urbano-industrial.

Com a modernização do campo, que substitui trabalhadores por máquinas em algumas funções, a concentração de terra nas mãos de poucos e o desenvolvimento industrial, o processo de êxodo rural foi acelerado. Esse fluxo propiciou o aparecimento de novas massas urbanas, formadas por pessoas que buscaram as cidades atraídas pela promessa de melhores condições de vida, pelo progresso e pelo trabalho oferecidos nos centros urbanos. As cidades, no entanto, não estavam preparadas para suprir a nova demanda por moradia.

Com o crescimento industrial veio também a exploração da classe trabalhadora. As indústrias construía vilas operárias e depois passavam a cobrar os custos de moradia e transporte aos funcionários, que sem condições, buscaram alternativas nas regiões mais periféricas das cidades, muitas vezes recorrendo ao sistema de autoconstrução (AGUIAR, 2014). A crescente procura por habitação beneficiou a especulação imobiliária e fez aumentar o valor das moradias e o preço do solo, o que contribuiu para a formação de favelas e loteamentos irregulares – muitas vezes insalubres – e o fortalecimento da segregação socioespacial.

No início do século XX, surge a necessidade do Brasil se fortalecer como uma nação moderna e em pleno desenvolvimento econômico, o que encoraja o Estado a realizar diversas reformas urbanas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus,

Belém, Curitiba, Santos e Porto Alegre, baseadas na Reforma de Paris do séc. XIX (FERREIRA, 2014).

Uma das reformas mais marcantes foi a do Rio de Janeiro, do prefeito Pereira Passos, em 1905. Com a proposta de dar novos usos aos espaços urbanos centrais e da zona portuária, a Reforma Pereira Passos foi a grande responsável pelo surgimento das favelas cariocas. Em nome da beleza e da higiene, a Reforma pretendia criar uma nova imagem: de centro urbano moderno. Ao expulsar os moradores de suas casas, os trabalhadores foram morar nos morros para continuar próximos aos locais de trabalho.

Foi somente após a revolução de 1930, que no Brasil, a habitação começou a ser vista como questão social e de Estado, com a regulamentação dos Institutos e das Caixas de Aposentadoria e Pensões (IAPs e CAPs) e a partir de 1946, por um órgão específico, a Fundação da Casa Popular, primeira entidade estatal voltada para a produção de moradias populares (BONDUKI, 2014). Como as CAPs e os IAPs geralmente agiam de forma segmentada, a construção de casas populares era uma atividade secundária, favorecendo um número reduzido de seus membros (AZEVEDO, 1988).

Em 1942, Getúlio Vargas decreta a Lei do Inquilinato, congelando os aluguéis e favorecendo a compra do lote próprio. Com o lema “transformar cada trabalhador num proprietário, e cada proprietário num trabalhador”, esse período fica caracterizado como um momento de transição do aluguel para a casa própria (FERREIRA, 2014).

Em 1960, no governo de João Goulart, a Reforma Urbana começa a ser discutida, junto a Reforma Agrária. Porém, com o Golpe de 1964, essas pautas são arquivadas e só voltam à tona na década de 1980, ganhando força com a Constituição de 1988.

Com a carência e crise de moradia causada pela urbanização quase desenfreada, muitas vezes desordenada e pela forte desigualdade social, em 1964 foram instituídos o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). Um dos objetivos do SFH era proporcionar a aquisição da casa própria, especialmente para população de baixa renda. Em 1965, o governo federal cria as Companhias de Habitação (COHAB), uma empresa mista responsável pela implementação das políticas habitacionais estaduais.

A captação de recursos criada pelo BNH era feita de duas maneiras: pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE); e pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o que gerou um valor significativo para ser investido na habitação social.

A partir de 1970, com a clara insuficiência do BNH voltada classe de menor renda, alguns programas alternativos surgiram para impulsionar o acesso à moradia dessa população e urbanização das áreas irregulares: o Programa de Lotes Urbanizados (Profilurb) (1975), Pro-morar (reurbanização de favelas, 1979), Projeto CURA (infraestruturas e equipamentos urbanos) e João de Barro (autoconstrução, 1982).

Durante os 22 anos de funcionamento do BNH, o SFH financiou a construção de 4,3 milhões de unidades habitacionais, das quais 2,4 milhões com recursos do FGTS,

para o setor popular, e 1,9 milhão com recursos do SBPE, para a classe média. Após a extinção do BNH, em 1986, o SFH continuou seu funcionamento chegando a financiar cerca de 6,5 milhões de unidades habitacionais (BONDUKI).

A crise inflacionária e a instabilidade econômica que assolou o país nos anos 1980, a inadimplência dos financiamentos habitacionais e escassez de subsídios foram alguns dos motivos para a extinção do BNH em 1986.

A importância da produção habitacional pelo BNH foi significativa, mas não supriu a demanda da população mais pobre. Boa parte dos recursos eram destinados para classe média beneficiando a construção civil, o que impulsionou o surgimento das moradias informais, pois a urbanização continuou crescendo e uma parcela da população sem amparo considerável do Estado buscou soluções alternativas para suas necessidades.

A Constituição de 1988 e a redemocratização das instituições políticas na Nova República (até 1994), determinam uma grave crise no SFH. José Sarney (1985 a 1989), dedica-se aos programas alternativos, criando a Secretaria Especial de Ações Comunitárias (SEAC) mas não obteve sucesso no seu Programa Nacional de Mutirões Comunitários. Bem como no governo Collor (1990-1992), onde a crise habitacional se agrava. Com Itamar Franco na presidência do Brasil, os programas Habitar Brasil e Morar Município em parceria com a sociedade civil em sistema de “ajuda mútua”, foi mais um dos projetos que ficaram mais na teoria que na prática (FERREIRA, 2014).

Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades e do Conselho das Cidades, foi estabelecida uma nova estrutura organizacional para a política habitacional, onde o cidadão fazia parte de um modelo democrático de desenvolvimento urbano. Vale salientar, como marcos importantes, o surgimento de uma nova Política Nacional de Habitação, em 2004, e a criação do Plano Nacional de Habitação, em 2008.

Todas as transformações e reestruturações ocorridas na última década são consequências dos processos vivenciados pelas variadas esferas da sociedade no período pós-BNH.

Na busca do equacionamento da desigualdade social e da redução do déficit habitacional, em 2009, o governo federal lança o Programa Minha Casa Minha Vida, para o financiamento de moradia digna a classe de renda mais baixa, conforme as diretrizes da Política Nacional de Habitação. Pela sua relevância e abrangência atuais, o PMCMV, é objeto central de estudo desta pesquisa.

2 | RESULTADOS, DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com MARICATO (2009), a produção acadêmica ligada às HIS vem contribuindo para o entendimento da precária situação habitacional brasileira. Da mesma forma, essa produção ajuda a compreender a incapacidade do poder público em suprir as necessidades de moradia da população mais pobre e fornece ampla visão sobre a segregação espacial, a desigualdade social e as políticas habitacionais

no Brasil.

Temos como resultados finais, a contextualização histórica e a exposição da atual conjuntura das Habitações de Interesse Social no Brasil e sua produção em Jundiaí/SP.

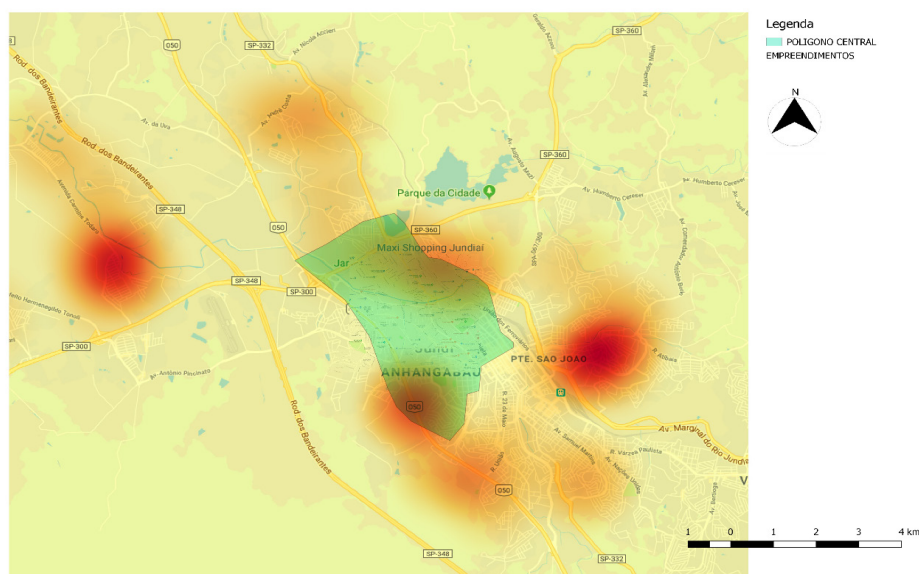


Figura 1 – Mapa de ocorrência geral das Habitações de Interesse Social

Foi realizado levantamento de informações sobre o município de Jundiaí, seu contexto político, administrativo, geográfico e social, e, junto aos dados dos empreendimentos já realizados na cidade e seus diagnósticos, foi realizada uma análise para reconhecer e contextualizar, o atual cenário das HIS em Jundiaí e as influências sofridas pelos diferentes programas habitacionais implantados no município.

A fundamentação teórica foi uma etapa de suma importância, pois possibilitou compreender o desenvolvimento das políticas habitacionais e a produção acadêmica sobre o tema, ao longo das últimas décadas, construindo base sólida para a análise proposta neste projeto. Por meio do conhecimento científico da realidade social brasileira, segundo MARICATO (2010), propostas adequadas e específicas podem ser melhor conduzidas.

Os dados coletados foram organizados em planilhas e posteriormente processados no QGIS, dando origem aos mapas temáticos com informações significativas para a pesquisa.

O estudo mostrou que mesmo assumindo a responsabilidade pela implementação da política habitacional no município desde o fim do BNH, a provisão habitacional ofertada pela Prefeitura Municipal de Jundiaí (PMJ), foi mais notória a partir de 1995, ano de reestruturação da FUMAS – Fundação Municipal de Ação Social como órgão estruturador da política habitacional da cidade. Segundo a DEMACAMP, foram construídas apenas 84 unidades habitacionais (UH) até 1995 pela FUMAS, enquanto a CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, responde por 2760 UH entre 1986 e 1995.

A visível mudança de produção realizada pela FUMAS ocorre após o ano 2000, quando o foco passa a ser na produção habitacional ligada à urbanização de favelas e/ou assentamentos precários, sem deixar de lado as demandas gerais e as famílias desabrigadas por situação de risco.

Observou-se também que o Governo do Estado seguiu como principal agente produtor de habitação para a população de baixa renda até 2009, sendo superado pelo Governo Federal com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O que concentrou a produção de novos empreendimentos no Setor Privado para atender as demandas da FUMAS.

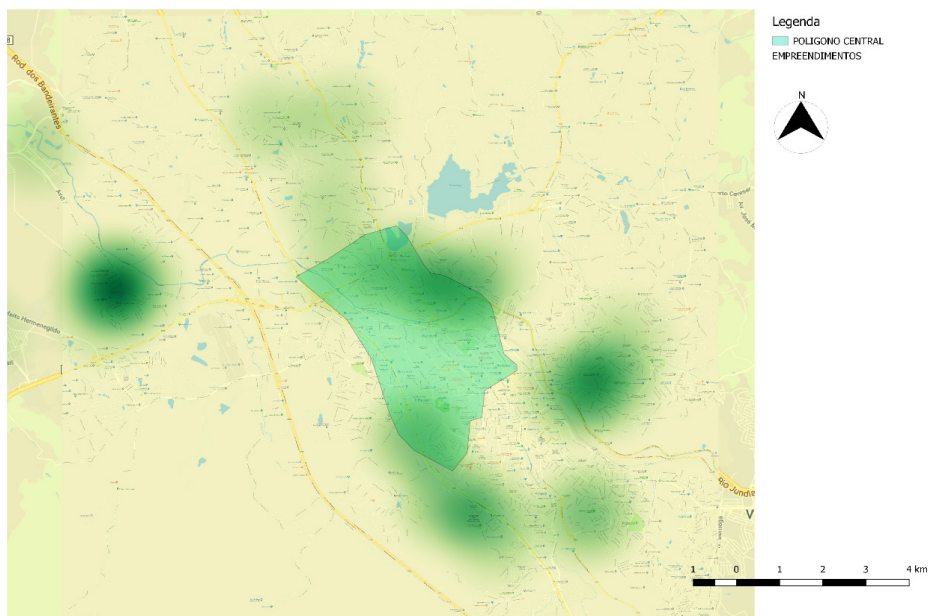


Figura 2 – Mapa das produções habitacionais antes de 2009

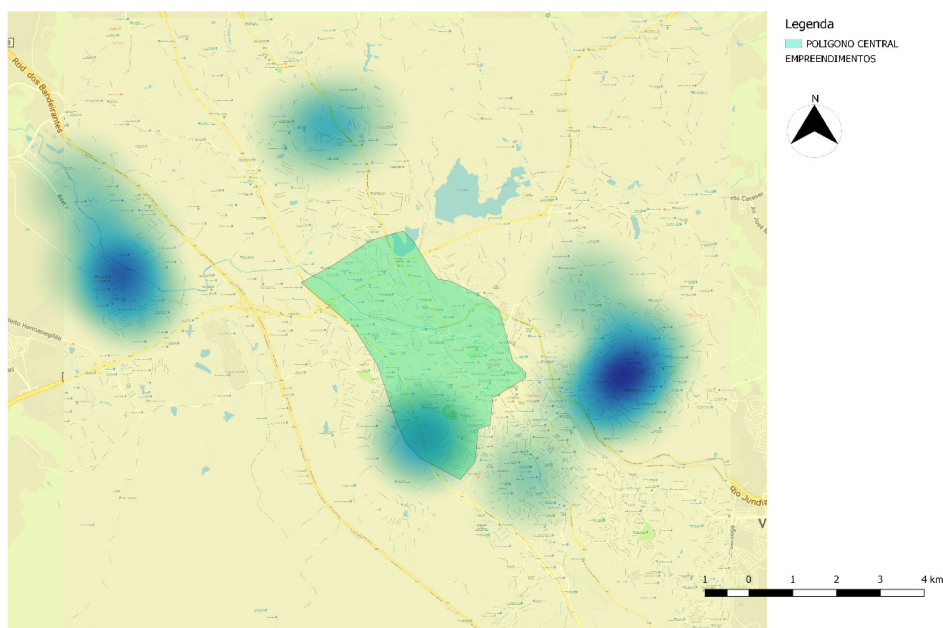


Figura 3 – Mapa das produções habitacionais depois de 2009

Por fim, constatou-se que as principais produções habitacionais estão localizadas

nas regiões leste e oeste do município, áreas onde o valor do solo é menor, porém, que carecem de serviços urbanos, infraestrutura e soluções para os problemas de mobilidade. A porção central da cidade possui trechos legalmente aptos e com infraestrutura urbana mais qualificada para atender à população de baixa renda, mas o alto preço da terra dificulta a compra de terrenos.

A presente iniciação científica abre precedentes para próximas pesquisas na área de habitação social, além de nortear futuras tomadas de decisões sobre implantação de empreendimentos imobiliários para população de baixa renda, por parte dos governantes e do setor privado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcos H. **Políticas de Provisão Habitacional no Brasil: contradições e limites à integração social**. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 10, n. 2, pág. 24-25, jul/dez 2014.

AZEVEDO, Sérgio. **Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, vol.22, nº4, out-dez 1988.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social no Brasil: volume 1**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp: Editora Sesc, 2014.

BONDUKI, Nabil. <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em 25 set 2017.

DEBIAZI, Pedro Renan. **Mapeamento do ambiente térmico e suas relações com os parâmetros do entorno urbano**. Dissertação de mestrado. UFSCar, 2016.

Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. EMPLASA. *Aglomeración Urbana de Jundiaí*. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/AUJ>>. Acesso em: 22 abr 2017.

FANELLI, Adriana Fornari Del Monte; SANTOS JUNIOR, Wilson Ribeiro dos. **O aglomerado urbano de Jundiaí (SP) e os desafios para a mobilidade metropolitana paulista**. *Cadernos Metrôpole*. São Paulo, v. 15, n. 30, pp. 477, jul/dez 2013.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. **Autogestão e habitação: entre a utopia e o mercado**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2014.

MARICATO, Ermínia. **Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação**. *Cadernos Metrôpole*. São Paulo, n. 21, pp. 33-52, 1o sem 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5954/4308>>. Acesso em: 25 abr 2017.

MARICATO, Ermínia. O Estatuto da Cidade Periférica. In: ROSSBACH, A.; CARVALHO, C.S. (Org.). **O Estatuto da cidade: comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. pp. 05-22. Disponível em: <<http://www.citiesalliance.org/node/1948>> Acesso em: 25 abr 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. IBGE. *São Paulo – Jundiaí*. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=352590>> Acesso em: 22 abr 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. IBGE. *São Paulo – Jundiaí*. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jundiai/panorama>> Acesso em: 26 set 2017.

SOBRE A ORGANIZADORA

Bianca Camargo Martins - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Arquitetura e Design de Interiores pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestranda em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, onde desenvolve uma pesquisa sobre a viabilidade da implantação de habitação de interesse social na área central do Município de Ponta Grossa – PR. Há mais de cinco anos atua na área de planejamento urbano. É membra fundadora da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC). Atualmente é docente da Unicesumar, onde é responsável pelas disciplinas de urbanismo, desenho urbano e ateliê de projeto.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-265-4

